

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2016

DENOMINAÇÃO Centro Social e Paroquial do Santíssimo Sacramento

MORADA Rua Monsenhor Fonseca Soares

N. 127 **ANDAR** **LOCALIDADE** Porto

FREGUESIA Massarelos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4150 - 335

EM 22/03/2017

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA:

Porto 22/03/2017

ASSINATURAS:

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

ASSINATURA DO PRESIDENTE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 016	2 015
Vendas e serviços prestados	9	289 315,31	272 574,06
Subsídios, doações e legados à exploração	13.10	459 174,48	462 840,67
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-63 987,50	-70 715,77
Fornecimentos e serviços externos	13.11	-140 482,01	-148 215,79
Gastos com o pessoal	11	-568 834,52	-541 313,08
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.12	31 711,56	26 375,43
Outros gastos	13.13	-9 011,33	-12 053,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 114,01	-10 507,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-33 476,95	-44 113,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-35 590,96	-54 620,83
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Gastos e perdas de financiamento	13.14	-3 755,90	-1 786,00
Resultados antes de impostos		-39 346,86	-56 406,83
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-39 346,86	-56 406,83

A Direcção

O responsável

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

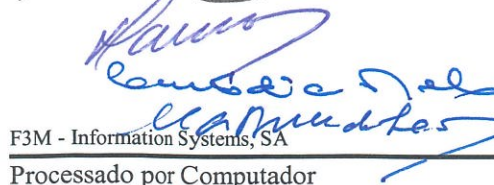
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		283 019,85	277 127,57
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		192 803,56	205 658,29
Pagamentos ao pessoal		354 993,80	337 613,22
Caixa gerada pelas operações		-264 777,51	-266 143,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		211 765,55	188 233,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-53 011,96	-77 910,29
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		28 963,88	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	5,97
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-28 963,88	5,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		45 000,00	75 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		44 532,27	52 401,52
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		10 000,00	40 000,00
Juros e gastos similares		3 574,89	1 786,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		75 957,38	85 615,52
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-6 018,46	7 711,20
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 849,77	10 138,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		11 831,31	17 849,77

A Direcção

O Responsável







CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501700951

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 277 328,50	1 281 707,89
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	148,62	282,30
Investimentos financeiros	13.4	356,06	165,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 277 833,18	1 282 155,28
Ativo corrente			
Inventários	8	1 782,94	787,53
Créditos a receber	13.1	10 331,32	7 595,00
Estado e outros entes públicos	13.8	1 770,27	1 927,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	13.3	2 917,37	2 814,14
Outros ativos correntes	13.2	69 245,90	58 494,11
Caixa e depósitos bancários	13.5	11 831,31	17 849,77
		97 879,11	89 468,02
Total do ativo		1 375 712,29	1 371 623,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	13.6	70 000,00	0,00
Resultados transitados	13.6	77 281,13	133 687,96
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	1 084 195,23	1 082 723,03
		1 231 476,36	1 216 410,99
Resultado líquido do período		-39 346,86	-56 406,83
Total dos fundos patrimoniais		1 192 129,50	1 160 004,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	5 342,01	4 404,30
Estado e outros entes públicos	13.8	26 809,25	28 014,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	65 000,00	99 733,00
Diferimentos	13.3	5 750,50	5 443,50
Outros passivos correntes	13.9	80 681,03	74 023,89
		183 582,79	211 619,14
Total do passivo		183 582,79	211 619,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 375 712,29	1 371 623,30

A Direcção

O responsável

Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501700951

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré - escolar	Centro Actividades tempos livres	Apoio domiciliário	Centro de Convívio	Centro de dia	PERÍODOS	
							2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	195 362,37	36 285,44	22 646,00	2 025,00	32 996,50	289 315,31	272 574,06
Custo das vendas e dos serviços prestados	8 e 11	-362 037,96	-101 784,43	-75 804,81	-26 028,64	-67 166,18	-632 822,02	-612 028,85
Resultado Bruto		-166 675,59	-65 498,99	-53 158,81	-24 003,64	-34 169,68	-343 506,71	-339 454,79
ISS, IP - Centro Distrital	13.10	295 444,44	20 720,88	62 914,32	15 825,00	0,00	394 904,64	388 280,72
Outros Rendimentos	9, 10 13.10 e 13.12	10 851,68	5 785,45	26 977,69	24 477,67	27 888,91	95 981,40	100 935,38
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	11, 5, 6 e 13	-86 925,50	-18 748,87	-27 341,52	-15 379,96	-29 880,61	-178 276,46	-195 357,32
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	13.13	-1 416,24	-973,55	-941,87	-341,64	-1 020,53	-4 693,83	-9 024,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		51 278,79	-58 715,08	8 449,81	577,43	-37 181,91	-35 590,96	-54 620,83
Gastos de financiamento (líquidos)	13.14	0,00	0,00	-1 652,58	-450,68	-1 652,64	-3 755,90	-1 786,00
Resultado antes de impostos		51 278,79	-58 715,08	6 797,23	126,75	-38 834,55	-39 346,86	-56 406,83
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		51 278,79	-58 715,08	6 797,23	126,75	-38 834,55	-39 346,86	-56 406,83

António Gonçalves
A Direcção

António Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

António Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

António Gonçalves
Responsável

Handwritten signatures and initials in blue ink.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Activos Intangíveis	9
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
8	Inventários	10
9	Rédito	10
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
11	Benefícios dos empregados	11
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
13	Outras Informações	12
13.1	Créditos a receber.....	12
13.2	Outros ativos correntes	12
13.3	Diferimentos	12
13.4	Investimentos Financeiros	13
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
13.6	Fundos Patrimoniais	13
13.7	Fornecedores	13
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	14
13.9	Outros Passivos correntes.....	14
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
13.11	Fornecimentos e serviços externos	14
13.12	Outros rendimentos.....	15
13.13	Outros gastos	15
13.14	Resultados Financeiros	15
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
13.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial do Santíssimo Sacramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e encontra-se registada no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o número 16/84, a fls. 44 e verso, em 8 de Março de 1984.

Tem sede na rua Monsenhor Fonseca Soares, 127, freguesia de Massarelos no concelho do Porto. Dentro dos fins canónicos de piedade, apostolado e caridade, o Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida

nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber e ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros activos e passivos

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em

imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Edifícios e Outras Construções	1 463 850,16				1 463 850,16
Equipamento Básico	152 068,03				152 068,03
Equipamento de Transporte	33 223,53	28 963,88			62 187,41
Equipamento Administrativo	63 042,72				63 042,72
Outros Activos Fixos Tangíveis	23 151,79				23 151,79
Activo Tangível Bruto	1 735 336,23	28 963,88	0,00	0,00	1 764 300,11
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	186 178,73	29 037,99			215 216,72
Equipamento Básico	150 072,89	706,93			150 779,82
Equipamento de Transporte	33 223,53	2 896,39			36 119,92
Equipamento Administrativo	61 699,23	565,22			62 264,45
Outros Activos Fixos Tangíveis	22 453,96	136,74			22 590,70
Depreciações Acumuladas	453 628,34	33 343,27	0,00	0,00	486 971,61
Activo Tangível Líquido	1 281 707,89	-4 379,39	0,00	0,00	1 277 328,50

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Programas de Computador	3 654,29				3 654,29
Activo Intangível Bruto	3 654,29	0,00	0,00	0,00	3 654,29
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	3 371,99	133,68			3 505,67
Depreciações Acumuladas	3 371,99	133,68	0,00	0,00	3 505,67
Activo Intangível Líquido	282,30	-133,68	0,00	0,00	148,62

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	65 000,00	0,00	65 000,00	65 000,00	0,00	65 000,00
Outros financiadores	0,00	0,00	0,00	34 733,00	0,00	34 733,00
Total	65 000,00	0,00	65 000,00	99 733,00	0,00	99 733,00

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 782,94	787,53
Total	1 782,94	787,53

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2016	2015
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	787,53	384,68
Compras	46 889,34	48 960,19
Doações	18 093,57	22 158,43
Saldo Final	1 782,94	787,53
Gastos do Período	63 987,50	70 715,77

9 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços	289 315,31	272 574,06
Quotas do Utilizadores	289 315,31	272 574,06
Outros Rendimentos e Ganhos	31 711,56	26 369,46
Descontos de pronto pagamento obtidos	87,20	6,17
Outros	31 624,36	26 363,29
Juros	0,00	5,97
Depósitos Bancários	0,00	5,97
Total	321 026,87	298 949,49

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016				2015		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			394 904,64			388 280,72
Total		0,00	0,00	394 904,64	0,00	0,00	388 280,72

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é 8 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2016 e 2015.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2016 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	Nº horas anuais
3	Coordenação	288
5	Cozinha e serviços auxiliares	500
1	Serviços administrativos	200
10	Serviços educacionais	300
2	Estagiárias	1200
7	Serviços 3ª idade	700

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2016 foi de 32 e em 2015 foi de 33.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	451 225,15	439 833,63
Indemnizações	10 097,53	0,00
Encargos sobre as Remunerações	98 890,62	94 484,72
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 096,21	5 866,47
Outros Gastos com o Pessoal	2 470,51	1 128,26
IEFP	54,50	0,00
Total	568 834,52	541 313,08

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Crédito de clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes		
Utentes c/c	10 331,32	7 595,00
Total	10 331,32	7 595,00

13.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Fornecedores	615,18	199,04
Adiantamento a fornecedores	615,18	199,04
Pessoal	0,00	79,99
Remunerações a pagar	0,00	79,99
Outra Contas a Receber	68 630,72	58 215,08
Entidades do sector publico administrativo	68 313,72	58 165,08
Outros	317,00	50,00
Total	69 245,90	58 494,11

13.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 433,18	2 297,57
Outros	484,19	516,57
Total	2 917,37	2 814,14
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades	5 750,50	5 443,50
Total	5 750,50	5 443,50

13.4 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos Financeiros		
FCT	356,06	165,09
Total	356,06	165,09

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	6 186,28	6 873,90
Depósitos à Ordem	5 645,03	10 975,87
Total	11 831,31	17 849,77

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas - Fundo de Reserva	0,00	70 000,00		70 000,00
Resultados Transitados	133 687,96	0,00	-56 406,83	77 281,13
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1 082 723,03	28 963,88	-27 491,68	1 084 195,23
Total	1 216 410,99	98 963,88	-83 898,51	1 231 476,36

A instituição e a fábrica da igreja do Santíssimo Sacramento decidiram criar um fundo de reserva para futuras necessidades. Esse fundo, no valor de 70000,00, foi legado pela fábrica da igreja através da conversão do valor do empréstimo que a instituição tinha perante esta entidade.

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c		
Fornecedores	5 342,01	4 404,30
Total	5 342,01	4 404,30

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
IVA - A Recuperar	1 770,27	1 927,47
Total	1 770,27	1 927,47
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	6 585,51	7 646,38
Segurança Social	19 803,10	20 351,06
IVA - A Recuperar	409,42	0,00
Outras - Fundos	11,22	17,01
Total	26 809,25	28 014,45

13.9 Outros Passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Cientes e Utentes	368,75	368,75
Adiantamento de utentes	368,75	368,75
Credores por Acréscimo de Gastos	80 016,10	73 229,09
Remunerações a Liquidar	77 936,28	72 255,18
Outras despesas diferidas	2 079,82	973,91
Outros Credores	296,18	426,05
Outros Credores	296,18	426,05
Total	80 681,03	74 023,89

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	394 904,64	388 280,72
Doações e heranças - Donativos	64 269,84	74 559,95
Total	459 174,48	462 840,67

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	37 830,48	38 082,94
Materiais	10 541,22	13 162,19
Energia e fluídos	30 318,09	33 051,92
Deslocações, estadas e transportes	180,40	301,95
Serviços diversos	57 800,43	61 443,56
Encargos com Utentes	3 811,39	2 173,23
Total	140 482,01	148 215,79

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	87,20	6,17
Outros	31 624,36	26 363,29
Juros obtidos	0,00	5,97
Total	31 711,56	26 375,43

13.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	2 654,81	1 039,86
Dívidas incobráveis	4 317,50	3 028,40
Outros	2 039,02	7 984,96
Total	9 011,33	12 053,22

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	3 755,90	1 786,00
Total	3 755,90	1 786,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	5,97
Total	0,00	5,97
Resultados Financeiros	-3 755,90	-1 780,03

13.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por valência, durante o ano de 2016, foi o seguinte:

- Pré - Escolar: 109
- Centro de atividades de tempos livres: 42
- Apoio domiciliário: 24
- Centro de dia: 26
- Centro de convívio: 25

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



A Direcção

